



# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 07.043.628/0001-13

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

One fornecendo capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (banda C e banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina. Com o compromisso renovado com o Brasil e seus clientes em oferecer mais capacidade satelital para serviços de telecomunicações, a companhia, através da sua controlada Star One, contratou respectivamente em janeiro de 2012 e em julho de 2013, a construção e entrega em órbita do satélite Star One C4 e do Star One D1. O Star One C4 será equipado com transponders em Banda Ku de alta potência e em previsão de lançamento para julho de 2015. O Star One D1, equipado com transponders em Banda C, Banda Ku e Banda Ka, é o maior satélite já construído pela Star One. Seu lançamento está previsto para o 2º trimestre de 2016. **Data Center.** Com destaque de 5 Data Centers, a companhia oferece serviços completos de infraestrutura de TI através de Cloud Computing - SaaS e IaaS, Hosting Monitorado, Cloud Recovery, Disaster Recovery, Moving, integrando os serviços mais inovadores de telecomunicações aos mais modernos recursos de TI. Inaugurado em 2012 em São Paulo, o Data Center Lapa, com capacidade para 150 mil servidores virtuais, é o centro dedicado inteiramente à oferta de serviços a clientes corporativos, além de já estar programado para hospedar e processar as informações que serão geradas pelos Jogos Olímpicos Rio 2016. **Data Center Virtual.** Lançado em 2014, o "Data Center Virtual" oferece diversos serviços de infraestrutura, como: servidores, vlans (para conectar os servidores de rede), firewalls, backup e gestão de sistemas operacionais e banco de dados. A oferta de IaaS (Infraestrutura com Serviço) conta com uma base computacional completa, suportada com a melhor tecnologia de ponta e com diferencial competitivo de vendas superior às demais ofertas de mercado. Com este novo produto, a companhia disponibiliza em seu portfólio de serviços D1 numeradas vantagens para os nossos clientes: menor custo operacional, maior rapidez e eficiência, menor risco de falhas e flexibilidade. **Serviços de Valor Adicionado.** Soluções orientadas para produtividade e agilidade dos negócios proporcionando a seus clientes uma Comunicação Unificada, com integração das soluções de voz, vídeo e conteúdo, criando espaços virtuais de trabalho que facilitam o processo e contato entre as equipes de colaboradores. • **Soluções completas de telepresença ou videoconferência** com gerenciamento, monitoração e infraestrutura que garante rapidez e segurança. • **Infraestrutura de atendimento ao cliente** com centralizações de canais de comunicação em uma mesma plataforma de Contact Center usando a tecnologia Cloud Computing. • **Solução gerenciada de PBX virtual** com múltiplas funcionalidades suportadas por equipamentos instalados em nossos Data Centers. **TV e Rádio.** A companhia oferece soluções de áudio e vídeo com alta disponibilidade e segurança que são essenciais para prestação do serviço, tais como: • **Broadcasting** de sinais digitais de vídeo e áudio (HD e SD) com a qualidade e abrangência das transmissões via satélite de forma permanente ou ocasional. • **SD** (Software) para ensino à distância. • **Transporte** de sinais digitais de vídeo e áudio (HD e SD) via terrestre. • **Soluções personalizadas** para seus clientes. **Jogos Olímpicos Rio 2016.** A Claro é Patrocinadora e Formecedora Oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 na categoria Telecomunicações e vai fornecer toda a infraestrutura necessária para a realização dos jogos. O projeto possui uma dimensão bastante desafiadora em função da simultaneidade das competições e, conseqüentemente, do volume de dados trafegados. Serão 34 locais de competição. Em apenas 17 dias, serão disputadas 306 provas com medalhas. O Brasil receberá 10.500 atletas de 205 países. Temos orgulho de estar presentes nos eventos mais importantes que acontecem no país, fornecendo soluções de TI e Telecomunicações com mobilidade, com a mesma qualidade e excelência que entregamos todos os dias aos nossos clientes.

**S - Setor de Telecomunicações Regulatório.** A companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Ao longo de 2014 foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais destacamos a publicação do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, da Norma para fixação dos valores máximos das tarifas de uso de rede fixa do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), dos valores de referência de uso de rede móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (ELD), com base em Modelo de Custos, do Regulamento sobre Condições de Convivência entre os Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão do SBTVD e os Serviços de Radiocomunicação Operando na Faixa de 698 MHz a 806 MHz e da Resolução Conjunta Anatel e Anel nº 4/14, que trata do compartilhamento de postes. Ao longo do ano a companhia enviou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias, tendo, ao final de 2014, um total de 1.516 telefones de uso público (TUPs) ativados em atendimento ao disposto no contrato de concessão e no Plano Geral de Metas para Universalização (PGMU).

**4 - Governança Corporativa - 2014**  
Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro Telecom dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Política de Divulgação, Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente. • **Projeto Sarbanes Oxley ("SOX")** - dando continuidade ao cumprimento da Lei Sarbanes Oxley, a companhia mantém um elevado nível dos controles internos e, na condição de investidor relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. Em 2014, encontramos-se levantados e revisados os processos relevantes, tendo sido processadas as melhorias e correções necessárias. A Administração da Claro Telecom avalia que a aplicação das exigências da SOX acabou por trazer relevantes benefícios aos negócios, a medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos. • **Conselho de Administração** - é composto por 3 membros, todos eleitos em Assembleia Geral. • **Código de Ética** - implantado em 2005 e revisado em 2014, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de condimento e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

**5 - Investimentos**  
**Investimentos no País**  
A companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2014, a Claro, incluindo as incorporadas Embratel, Embratel NET e demais empresas controladas, investiu R\$13.073 milhões. A maior parcela dos investimentos foi direcionada para atender a investimentos em infraestrutura de rede. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender acessos, TV por Assinatura, infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e call center.

Em R\$ Milhões	2014	
Infraestrutura de Rede	8.701	66,5%
TV por Assinatura	1.758	13,5%
Acesso, infraestrutura e Serviços Locais	702	5,4%
Satélites	386	3,0%
Serviços de dados e Internet	734	5,6%
Outros (incluindo TI e Call Center)	792	6,0%
<b>TOTAL</b>	<b>13.073</b>	<b>100,0%</b>

**6 - Desempenho Financeiro**  
Como a incorporação da Embratel, Embratel e NET produziu efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2015, os resultados da companhia em 2014 não foram impactados pela Reestruturação. A Receita Líquida em 2014 apresentou um aumento de 1,1%, passando de R\$13.694,4 milhões em 2013 para R\$ 13.836,4 milhões. Mesmo com a redução da receita de interesse, determinada pela ANATEL, em 06/04/2013 (13,6%) e 24/02/2014 (25%), a companhia apresentou um crescimento de R\$151,8 milhões (1,1%) em decorrência do contínuo crescimento dos serviços de dados e valor adicionado. Os Custos Operacionais, Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VGA) e Outras somaram R\$10.242,2 milhões no ano de 2014, uma redução de 6,4% em relação aos R\$10.946,9 milhões de 2013, impactados pela redução nos custos de terminação em redes móveis (VU-M) e pelo controle das despesas da companhia. O EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) aumentou 31,3% em 2014 em relação a 2013, passando de R\$2.737,7 milhões para R\$3.594,2 milhões. A despesa de imposto de renda e contribuição social somou em 2014 R\$467,8 milhões, contra R\$510,5 milhões em relação a 2013. O Prejuízo Líquido foi de R\$1.082,4 milhões, comparado a R\$1.263,8 milhões de 2013.

**7 - Relacionamento com Auditores Independentes**  
Os trabalhos de auditoria integrada das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Grant Thornton

Auditores Independentes. Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, segue abaixo a descrição das informações acerca dos serviços não relacionados com a auditoria prestados pelos auditores externos e/ou suas partes relacionadas, para a companhia e suas controladas:

Natureza	Ano da contratação ou do aditivo	Horonários em milhares de reais	% em relação aos honorários de auditoria externa consolidados	
			2014	2013
Revisão IFRS fiscais - DIPJ e FONC	26/08/2014	74	1%	
Revisão do modelo de custos - ANATEL	26/08/2014	189	3%	
Consultoria e emissão de laudo	01/06/2013 (24 meses) e 03/12/2014	345	5%	
Outros	25/07/2014	12	0%	
		620	9%	

Os honorários de assessoria tributária foram prestados exclusivamente pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas. A Grant Thornton Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria. A exceção do disposto acima, não foram contratados pela companhia e/ou suas controladas quaisquer outros serviços não relacionados com a auditoria junto aos auditores externos e/ou suas partes relacionadas. A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente. Os auditores declararam a companhia que estes outros serviços não relacionados com a auditoria: (i) foram prestados por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras; e (ii) que não afetam a independência e a objetividade necessários ao desempenho dos serviços de auditoria externa, não existindo, portanto, qualquer vínculo ou situação de fato que configurasse conflito de interesses que inviabilizaria o exercício da sua atividade de forma independente.

**8 - Responsabilidade Social**  
**Instituto Embratel Claro e Responsabilidade Social Corporativa.** O Instituto Embratel Claro, mantido pela Claro e Star One, tem como missão aliar as tecnologias da informação e da comunicação à educação e ao desenvolvimento social. A organização é o resultado da união realizada em setembro de 2013 entre o Instituto Embratel (criado em abril de 2001) e o Instituto Claro (aberto em junho de 2008). Alinhada à premissa do Grupo América Móvil em ser uma organização que impacte positivamente e permanentemente as comunidades que atende e das quais faz parte, o Instituto Embratel Claro atua em atividades que favoreçam o desenvolvimento social, cultural e educacional. Além disso, apoia o desenvolvimento integral das comunidades, estabelece parcerias com institutos e fundações que se dedicam ao desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras e proporciona acesso à internet a cada vez mais pessoas. O Instituto Embratel Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça. Também é reconhecido pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI/UN) como uma organização não governamental corporativa que promove os ideais e princípios sustentados pela Carta das Nações Unidas.

**9 - Recursos Humanos**  
A área de Recursos Humanos atua como agente de mudanças, alinhando pessoas à cultura da companhia e suas controladas, para a obtenção de melhores resultados. Adotam uma estratégia organizacional inovadora, possibilitando uma atuação integrada e articulada com as lideranças. Prioriza sua atuação em identificar, investir e reconhecer os profissionais que têm contribuições diferenciadas na companhia e suas controladas e no mercado, propicia a cultura do autodesenvolvimento, através do aprendizado no trabalho, mantêm uma formação contínua dos profissionais que diretamente trazem os resultados para a companhia e suas controladas, estimulando um ambiente de inovação e de geração de novos negócios.

**Agradecimentos**  
Agradecemos a todos com quem nos relacionamos durante o ano, em especial a confiança de nossos clientes, o trabalho profissional e dedicado dos funcionários desta companhia, o apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e a parceria de toda a comunidade. **A Administração**

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS

### FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>22</b>	-	<b>-13.836.50</b>	<b>13.684.60</b>
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	<b>(8.767.734)</b>	<b>(9.871.202)</b>
<b>Lucro bruto</b>	-	-	<b>5.068.616</b>	<b>3.813.398</b>
Comerciais	<b>24</b>	-	<b>(3.528.230)</b>	<b>(3.301.548)</b>
Gerais e administrativas	<b>24</b>	-	<b>(1.159.993)</b>	<b>(834.651)</b>
Resultado de equivalência patrimonial, ganhos e perdas com investimentos	<b>10</b>	<b>(600.483)</b>	<b>(917.110)</b>	<b>(46.253)</b>
Outras receitas operacionais, líquidas	<b>24</b>	-	<b>421.282</b>	<b>416.298</b>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	-	-	<b>(600.483)</b>	<b>(917.110)</b>
Receitas financeiras	-	-	<b>13.226</b>	<b>1.934</b>
Despesas financeiras	-	-	<b>(32.265)</b>	<b>(21.188)</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	<b>(619.522)</b>	<b>(936.364)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>9</b>	<b>1</b>	-	<b>(44.173)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>9</b>	-	-	<b>511.975</b>
Prejuízo do exercício	-	-	<b>(619.521)</b>	<b>(936.364)</b>
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	<b>(619.521)</b>	<b>(936.364)</b>
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	<b>(462.857)</b>
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais	<b>21</b>	<b>(4,37)</b>	<b>(6,60)</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Senhores Acionistas**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Telecom" ou "companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

**1 - Introdução**  
A Claro Telecom Participações S.A., sediada em São Paulo, foi constituída em 27 de setembro de 2004 com o objetivo social de exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações no Brasil e no exterior. E controlada indiretamente pela América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), sendo acionistas as empresas AMOV I, S.A. de C.V. e AMOV IV, S.A. de C.V. controladas pela América Móvil, sociedades organizadas e existentes de acordo com as leis do México. Em 2013, com o objetivo de reduzir custos administrativos, captura de sinergias, incremento de sua competitividade e eficiência, em especial na comunicação e respostas ao órgão regulador, aprimoramento das práticas comerciais, aperfeiçoamento da rede e do atendimento aos clientes, a América Móvil iniciou um processo de reestruturação societária ("Reestruturação") de suas empresas no Brasil, incluindo a consolidação das atividades da Embratel Participações S.A. ("Embratel"), da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel ("Embratel") e da Net Serviços de Comunicação S.A. ("NET") na Claro S.A. ("Claro"). Obitida em 31 de julho de 2014 a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para a implementação da Reestruturação, em 18 de dezembro de 2014, os acionistas de Claro, Embratel, Embratel e NET aprovaram em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias a incorporação dos patrimônios das referidas empresas na Claro, a partir de 31 de dezembro de 2014. Desta forma, os efeitos desta incorporação somente afetaram o resultado da companhia a partir de 1º de janeiro de 2015. Os acionistas da Embratel, da Embratel e da NET, detentores de ações ordinárias e preferenciais foi assegurado o "Direito de Recurso". De acordo com os procedimentos contidos no "Aviso aos Acionistas - Direito de Recurso" de 29 de dezembro de 2014, os acionistas que exerceram seu direito de retirada das sociedades, no período de 02 de janeiro a 02 de fevereiro de 2015, receberam o valor de reembolso de suas ações no dia 09 de fevereiro. Posteriormente, em 12 de fevereiro de 2015 foram reembolsados os acionistas que detinham frações das ações representativas da incorporação das companhias pela Claro S.A. Apesar da incorporação das empresas Embratel e NET, as respectivas marcas continuam a ser utilizadas pela Claro nos mercados corporativo e de TV por assinatura, banda larga e telefonia. A companhia detém, entre outras, direta e indiretamente, o controle acionário das seguintes companhias operacionais: • Claro S.A. ("Claro") - prestadora de serviços de telecomunicações, na modalidade telefonia móvel, compreendendo a compra, venda, importação e exportação de equipamentos e prestação de serviços. Com a incorporação da Embratel e da NET, a Claro passa também a prestar serviços de longa distância, dados, telefonia local, distribuição de sinais de televisão por assinatura, provimento de acesso a serviços de valor adicionado, prestação de outros serviços de telecomunicações, e qualquer outra modalidade de distribuição de sinais de qualquer espécie. • Star One S.A. ("Star One") - é a principal empresa brasileira provedora de capacidade satelital. • Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações. • Telmex do Brasil S.A. ("Telmex do Brasil") - empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet. • BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de call center. **Cenário Econômico.** O ritmo de crescimento da economia brasileira em 2014, menos intenso do que em 2013, mais uma vez foi marcado pelos desafios do complexo ambiente internacional. A taxa básica de juros doméstica encorrou 2014 a 11,75% contra os 9,90% de 2013 e o dólar norte americano encorrou o ano cotado a R\$2,66 contra R\$2,34 ao final do ano anterior. O crescimento do PIB próximo de zero, a queda nos investimentos, o arrefecimento do mercado de trabalho e o aperto da política monetária, promoveram um cenário de diminuição da confiança dos consumidores em empresas, o que resultou na desaceleração do setor de serviços.

**2 - Desempenho Operacional**  
Em 2014, a companhia, através de suas controladas, manteve a estratégia de crescimento focada na qualidade dos serviços oferecidos. **Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento.** Ao final de 2014, com a expansão das tecnologias 3G e 4G, a companhia e suas controladas atingiram 1768 cidades com tecnologia 3G e 95 cidades com tecnologia 4G, e passaram a disponibilizar cobertura para mais de 53,1 milhões de domicílios e 16,1 milhões de empresas. **Satélites de Comunicações.** A companhia atua no mercado satelital de duas formas, através da Claro com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e através da controlada Star

## BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>		<b>205.990</b>	<b>202.546</b>	<b>8.808.277</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	<b>141.990</b>
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	4.403.502
Contas a receber	6	-	-	<b>5.442.665</b>
Crédito com partes relacionadas	19	<b>203.203</b>	<b>202.546</b>	<b>514.544</b>
Estoques	7	-	-	<b>677.418</b>
Tributos a recuperar, líquidos	8	<b>2.787</b>	-	<b>1.423.430</b>
Outros ativos	-	-	-	<b>608.230</b>
<b>Não circulante</b>		<b>7.103.125</b>	<b>8.348.188</b>	<b>52.811.464</b>
Tributos a recuperar, líquidos	8	<b>37.530</b>	<b>37.038</b>	<b>1.296.098</b>
Tributos diferidos, líquidos	8	-	-	<b>5.581.358</b>
Depósitos judiciais	-	-	-	<b>2.492.343</b>
Crédito com partes relacionadas	19	<b>6.458</b>	<b>6.458</b>	-
Outros ativos	-	<b>45.567</b>	-	<b>298.160</b>
Investimentos	10	<b>6.950.550</b>	<b>8.241.672</b>	<b>2.608.429</b>
Imobilizado	11	-	-	<b>29.888.208</b>
Intangível	12	<b>63.020</b>	<b>63.020</b>	<b>10.646.868</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7.309.115</b>	<b>8.550.734</b>	<b>61.619.741</b>

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	13	-	-	<b>9.667.087</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	<b>7.015.398</b>
Obrigações fiscais, líquidas	15	-	-	<b>418.107</b>
Passivos com partes relacionadas	19	<b>51</b>	<b>17</b>	<b>819.346</b>
Receitas diferidas	-	-	-	<b>317.894</b>
Provisões	16	-	-	<b>259.265</b>
Passivo atuarial	20	-	-	<b>432.806</b>
Outros passivos	-	-	-	<b>23.845</b>
<b>Não circulante</b>		<b>453.459</b>	<b>385.525</b>	<b>34.402.874</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	<b>3.549.266</b>
Fornecedores	13	-	-	<b>839.378</b>
Obrigações fiscais, líquidas	15	-	-	<b>19.583</b>
Tributos diferidos, líquidos	8	-	-	<b>62.959</b>
Passivos com partes relacionadas	19	<b>399.959</b>	<b>377.003</b>	<b>23.389.040</b>
Provisões	16	<b>305</b>	<b>890</b>	<b>4.876.039</b>
Provisão para desmantelamento de ativos	17	-	-	<b>604.011</b>
Provisão para perdas com investimentos	10	<b>7.632</b>	<b>7.632</b>	-
Passivo atuarial	20	-	-	<b>840.257</b>
Receitas diferidas	-	-	-	<b>112.521</b>
Outras obrigações	-	-	-	<b>109.820</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>21</b>	<b>6.855.605</b>	<b>8.165.192</b>
Capital social	6	<b>6.840.569</b>	<b>6.840.569</b>	<b>6.840.569</b>
Reserva de lucros	7	<b>3.393.920</b>	<b>3.393.920</b>	<b>3.393.920</b>
Outros resultados abrangentes	(25.249)	-	-	<b>(25.249)</b>
Prejuízos acumulados	-	-	-	<b>(2.069.297)</b>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	6.855.605	8.165.192	6.855.605	8.165.192
Participação dos não controladores	-	-	-	<b>10.694.175</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>7.309.115</b>	<b>8.550.734</b>	<b>61.619.741</b>	<b>32.011.767</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Prejuízo do exercício	<b>(619.521)</b>	<b>(936.364)</b>	<b>(1.082.378)</b>	<b>(1.263.806)</b>
Perda na atualização do plano de benefício, oriundo de incorporação (Nota 1)	<b>(38.256)</b>	-	<b>(229.085)</b>	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre a perda na atualização do plano de benefício, oriundo de incorporação (Nota 1)	-	-	-	<b>77.889</b>
Outros resultados abrangentes, do exercício, líquidos de impostos	<b>13.007</b>	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<b>(25.249)</b>	-	-	<b>(151.196)</b>
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	<b>(644.770)</b>
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	-	<b>(588.804)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

### EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros		Ganhos e perdas em transações de capital	Outros resultados abrangentes acumulados	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido controladores	Participação de não líquido	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reserva legal						
Saldos em 31 de janeiro de 2012	6.840.569	218.852	-	-	-	9.101.556	1.281.250	10.382.806
Prejuízo do exercício/tratada de acionista não controlador	-	-</						

# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 07.043.628/0001-13

628/0001-13

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. Os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, descritos a seguir: **Entidades de Investimento (Revisão da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27):** As revisões entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. As alterações revisadas não causam impactos na posição financeira da Companhia, uma vez que nenhuma de suas controladas se qualifica como entidade de investimento. **IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão do IAS 32:** Essas revisões esclarecem o significado de "ativo líquido em direito legal executável de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passaram a vigorar para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2014. A Companhia não apurou impacto na posição financeira para o exercício. **IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Revisão do IAS 36:** Essas revisões removem consequências não intencionais da IFRS 13 Mensuração do Valor Justo sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essas alterações exigem a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs) para as quais tenha sido reconhecido um valor por não recuperabilidade (impairment) durante o período. A aplicação dessas revisões não causa impactos nas divulgações da Companhia, uma vez que não há registro de perdas não recuperáveis até a presente data. **IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39:** Essa revisão ameniza a descontinuação de contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possui derivativos e contratos de hedge. **IFRIC 21 Tributos:** A IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do alinhamento de alguma medida, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a medida seja atingida. A IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios finais em 01 de janeiro de 2014. A Administração analisou as suas práticas contábeis e constatou que não houve impactos em decorrência da adoção dessa norma. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória ou não possuem efeito sobre as demonstrações financeiras da Companhia: **IFRS 3 Combinação de Negócios:** Estas alterações mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como patrimônio próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Estas alterações são efetivas para novas combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2014. **IFRS 13 Ativos e Passivos Financeiros:** Estas alterações mudaram a mensuração de ativos e passivos financeiros. **IFRS 8 Operação por Segmento:** As mudanças estão relacionadas com a agregação de segmentos operacionais, que podem ser combinados e agregados se eles estão de acordo com o princípio fundamental da norma, ou seja, se os segmentos têm características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em outros aspectos qualitativos. Se eles são combinados, a entidade deve divulgar as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são semelhantes. Estas alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014. A aplicação desta norma não causa impactos na forma de apresentação das informações por segmento da Companhia. **IFRS 9 Instrumentos Financeiros:** A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2013, mas o pronunciamento **Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures**, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impacto na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida. **IFRS 13 Mensuração do Valor Justo:** A alteração é prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2014. A mudança está relacionada com a aplicação da exceção do portfólio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. A aplicação desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia. **IAS 18 Ativos Intangíveis (Revisão do IAS 18):** A alteração ao IAS 18.35 (e) a) (IAS 38.80) esclarece que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou, ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação/amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação/amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 18.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação/amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e o valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação destas alterações não terá impacto sobre a situação financeira ou operacional da Companhia no momento de aplicação. Considerando que a reavaliação de ativos intangíveis não é permitida no Brasil, a Administração avaliou que não há impacto em sua posição financeira. **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas:** A alteração esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 de forma retrospectiva e estão adequadamente incluídas na Nota 19. **IAS 40 Propriedades de Investimento:** Esta alteração esclarece a relação entre as definições da IFRS e o IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no âmbito de uma propriedade de investimento e a propriedade do imóvel alugado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a de uma entidade de gestão de uma combinação de negócios. Esta alteração passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória: **IFRS 9 Instrumentos Financeiros:** Esta norma, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2013, mas o pronunciamento **Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures**, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para recuperação de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impacto na avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos assim que a norma consolidada final for emitida. **IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes:** O IASB divulgou o IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que está atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e a adoção da norma terá impacto no método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros. **IAS 27 Método de equivalência em Demonstrações Financeiras Separadas - Revisões do IAS 27:** Quando o IAS 27 e IAS 28 foram revisados em 2003, o método de equivalência patrimonial foi removido como uma opção para contabilizar os investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade. Em algumas jurisdições, os regulamentos locais exigem que uma entidade utilize o método de equivalência patrimonial para o efeito, portanto, criando uma diferença entre demonstrações financeiras separadas preparadas de acordo com normas locais e as preparadas de acordo com o IFRS. O objetivo destas alterações é restaurar a opção de uso do método de equivalência patrimonial. Portanto, uma entidade deve contabilizar esses investimentos no custo, em conformidade com o IFRS 9 (IAS 39) ou usar o método de equivalência patrimonial para a entidade que não tem controle consolidado para cada categoria de investimentos. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 06 de abril de 2015. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**3. Políticas contábeis: 3.1. Bases de consolidação:** Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre uma entidade e suas controladas e a eliminação de investimentos em controladas e coligadas na participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2014		2013	
	Índreta	Direta	Índreta	Direta
Claro	-	16,70%	-	71,56%
America	-	-	-	100,00%
America	-	-	100,00%	-
ATI Cayman International Ltd.	16,70%	-	71,66%	-
Telef. Vix, Inc.	16,70%	-	71,66%	-
Tess Ltd.	16,70%	-	71,66%	-
Claro Corporate	16,70%	-	71,66%	-
Latam Towers Infraestrutura de Torres Ltda.	16,70%	-	71,66%	-
Star One (1)	16,70%	-	-	-
PMS (1)	16,70%	-	-	-
TbD (1)	16,70%	-	-	-
BrasilCenter (1)	16,70%	-	-	-
Net Brasil (1)	16,70%	-	-	-
Imusica (2)	16,70%	-	-	-

(1) Estas controladas passaram a ser consolidadas em 31 de dezembro de 2014, por conta da incorporação (Nota 1). (2) Controlada, adquirida em outubro de 2014, conforme descrito na Nota 1. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data em que a Companhia obteve controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir. O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida. Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possui: (i) Poder sobre a investida (isto é, os direitos essenciais que lhe permitem dirigir as atividades relevantes da investida); (ii) Existência de direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e (iii) Capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento. Quando a Companhia tem menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo: • O acordo contratual com os outros titulares de voto da investida. • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais. • Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contatos e outros ativos circulantes. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, partes relacionadas e outros passivos circulantes. **Mensuração subsequente:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mudanças inativas, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar por reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, títulos e valores mobiliários e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da Administração. **Investimentos mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As despesas decorrentes da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas financeiras no resultado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfizem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **Mensuração do valor justo:** A

Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. Além disso, os valores justos dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá. • No principal mercado para o ativo ou passivo. • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por aqueles que a natureza das contas a receber envolvidos, considerando a amplitude dos preços mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo. • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - técnicas de valorização para a qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. **3.5. Contas a receber:** As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa da data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, simcards e acessórios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a amplitude dos preços a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (Nota 6). **3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos (Nota 25). **3.7. Estoques:** Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, simcards, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando o custo de aquisição excede o valor líquido de realização. **3.8. Ativos intangíveis:** A Companhia possui ativos intangíveis que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. A entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. O ágio apurado pela diferença entre o custo amortizado aplicado a partir dos exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2013, mas o pronunciamento **Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures**, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impacto na avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida. **IFRS 13 Mensuração do Valor Justo:** A alteração é prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2014. A mudança está relacionada com a aplicação da exceção do portfólio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. A aplicação desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia. **IAS 18 Ativos Intangíveis (Revisão do IAS 18):** A alteração ao IAS 18.35 (e) a) (IAS 38.80) esclarece que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou, ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação/amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação/amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 18.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação/amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e o valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação destas alterações não terá impacto sobre a situação financeira ou operacional da Companhia no momento de aplicação. Considerando que a reavaliação de ativos intangíveis não é permitida no Brasil, a Administração avaliou que não há impacto em sua posição financeira. **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas:** A alteração esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 de forma retrospectiva e estão adequadamente incluídas na Nota 19. **IAS 40 Propriedades de Investimento:** Esta alteração esclarece a relação entre as definições da IFRS e o IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no âmbito de uma propriedade de investimento e a propriedade do imóvel alugado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a de uma entidade de gestão de uma combinação de negócios. Esta alteração passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória: **IFRS 9 Instrumentos Financeiros:** Esta norma, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2013, mas o pronunciamento **Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures**, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para recuperação de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impacto na avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos assim que a norma consolidada final for emitida. **IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes:** O IASB divulgou o IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que está atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e a adoção da norma terá impacto no método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros. **IAS 27 Método de equivalência em Demonstrações Financeiras Separadas - Revisões do IAS 27:** Quando o IAS 27 e IAS 28 foram revisados em 2003, o método de equivalência patrimonial foi removido como uma opção para contabilizar os investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade. Em algumas jurisdições, os regulamentos locais exigem que uma entidade utilize o método de equivalência patrimonial para o efeito, portanto, criando uma diferença entre demonstrações financeiras separadas preparadas de acordo com normas locais e as preparadas de acordo com o IFRS. O objetivo destas alterações é restaurar a opção de uso do método de equivalência patrimonial. Portanto, uma entidade deve contabilizar esses investimentos no custo, em conformidade com o IFRS 9 (IAS 39) ou usar o método de equivalência patrimonial para a entidade que não tem controle consolidado para cada categoria de investimentos. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 06 de abril de 2015. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. Além disso, os valores justos dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá. • No principal mercado para o ativo ou passivo. • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por aqueles que a natureza das contas a receber envolvidos, considerando a amplitude dos preços mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo. • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2 - técnicas de valorização para a qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável. **3.5. Contas a receber:** As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa da data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, simcards e acessórios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a amplitude dos preços a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (Nota 6). **3.6. Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens reavaliada ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 11). Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e custos de manutenção. Os custos de manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são monitorados, e custos adicionais são debitados ao resultado quando o valor residual for menor do que o valor contábil. O custo de manutenção de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de

# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 07.043.628/0001-13

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(619.522)	(936.364)	(1.550.180)	(1.774.333)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	210.638	318.364	527.060	603.273
Ajustes para cálculo do crédito tributário: Equivalência patrimonial	(204.164)	(311.817)	(15.726)	16.577
Perdas com recebíveis	-	-	(7.110)	(7.236)
Multas indebitáveis	-	-	(4.291)	(34.931)
Deduzidos não dedutíveis	-	-	(48)	(48)
Ajustes da Lei nº 11.638/2007	-	-	(7.765)	(6.067)
Excesso de juros	-	-	(7.114)	(5.145)
Patronatos não dedutíveis	-	-	(1.561)	(1.944)
Subcapitalização com pessoas vinculadas	-	-	-	(5.175)
Ajuste de prejuízo fiscal (REFIS)	-	-	-	(18.481)
Outros ajustes permanentes	(6.473)	(6.547)	(15.643)	(30.266)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	1	-	467.802	510.527
Imposto de renda e contribuição social decorrentes	1	-	(44.173)	(27.785)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(31.212)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1	-	467.802	510.527

10. Investimentos: Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos e adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Claro	Amerigel	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.241.672	-	8.241.672
Resultado da equivalência patrimonial	(658.715)	16.460	(642.255)
Redução de capital (1)	(4.747.831)	4.747.831	-
- Aumento de capital (2)	-	39.812	39.812
Ganho de participação	1.960	(573)	1.387
Dividendos	162.332	(573)	161.759
Ganho em transações de capital, líquidas (3)	(864.330)	-	(864.330)
Perda em transações de capital, líquidas (4)	162.332	-	162.332
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.134.788	4.815.762	6.950.550

(1) Em 11 de agosto de 2014, re-emitida em 26 de agosto de 2014, em reuniões de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a redução de capital da controladora Claro no montante de R\$4.747.831, referente ao investimento na controladora Amerigel em 30 de junho de 2014, nos termos do artigo 147 da Lei 6.404/76 e deferida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 16 de outubro de 2014. A redução de capital foi realizada de forma desproporcional, com cancelamento apenas das ações de titularidade da Companhia. O pagamento à Companhia por conta do cancelamento das ações de sua titularidade foi efetuado por intermédio da entrega de R\$7.600.932,63 ações ordinárias de emissão da controladora Amerigel de titularidade da controladora Claro. (2) Em 30 de abril de 2014, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") o aumento de capital da controladora Amerigel em 26 de agosto de 2014, em reuniões de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a redução de capital da controladora Claro no montante de R\$4.747.831, referente ao investimento na controladora Amerigel em 30 de junho de 2014, nos termos do artigo 147 da Lei 6.404/76 e deferida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 16 de outubro de 2014. A redução de capital foi realizada de forma desproporcional, com cancelamento apenas das ações de titularidade da Companhia. O pagamento à Companhia por conta do cancelamento das ações de sua titularidade foi efetuado por intermédio da entrega de R\$7.600.932,63 ações ordinárias de emissão da controladora Amerigel de titularidade da controladora Claro. (3) As variações no valor do patrimônio contábil da controladora Amerigel, verificadas entre b) Movimentação

	Consolidado			Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste a valor de realização Impairment	Imobilizado em andamento	Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comunicação						
Custo									
Saldos em 31/12/2013	11.397.478	4.954.849	3.921.423	165.613	199.400	2.195.413	-	920.807	23.754.983
Adições	11.319	170.456	1.041	-	-	313.257	-	2.827.999	3.324.072
Baixas	(4.497)	(2.748)	(6.566)	-	(31)	(17.656)	-	-	(31.499)
Transferências	1.229.439	350.431	635.802	7.194	15	222.842	-	(2.472.819)	(27.096)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	33.429.934	2.086.937	8.058.132	1.173.402	131.114	1.673.600	(1.360.775)	4.483.970	49.676.314
Saldos em 31/12/2014	46.063.673	7.559.925	12.609.831	1.346.209	330.498	4.387.456	(1.360.775)	5.759.957	76.696.774

O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G) e construção de satélites pela controladora Star One. (a) Bens vinculados aos contratos de concessão: Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados pela incorporadora Embratel e transferidos para a controladora Claro em função da reorganização societária mencionada na Nota 1, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis à prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes no final das concessões. Com relação a tais bens consideramos reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da Anatel desde que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. (b) Bens dados em garantia: Em 31 de dezembro de 2014, a controladora Claro possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais, no montante de R\$274.176, (c) Satélite Star One C4: O investimento desse projeto está estimado em US\$290.000.000,00 e o lançamento está programado para ocorrer em julho de 2015. Este novo satélite amplia a capacidade ofertada na frota da controladora Star One e sua cobertura abrange América do Norte, Central e América do Sul. Sobre o Brasil, ele se estende sobre o mar territorial até a região do pré-sal, disponibilizando com isso maiores possibilidades de comunicação para a indústria do petróleo. Uma boa parte da sua capacidade trazida pelo C4 será utilizada em serviços de TV por assinatura da Claro no Brasil e na América Central. Em 31 de dezembro de 2014, o montante relacionado a esse contrato está registrado em imobilizado em andamento, totalizando R\$601.438. (d) Satélite Star One D1: Em 9 de julho de 2013, a controladora Star One assinou contrato com a SSL para a entrega em órbita do satélite Star One D1, que será equipado com transponders nas bandas C, Ku e Ka. O investimento total desse projeto está estimado em US\$400.000.000,00 e o lançamento deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2016. O Star One D1 garantirá a continuidade dos serviços em Banda C. Ele terá ainda nova capacidade em Banda Ku para atender às demandas de dados, vídeo e internet de clientes corporativos e de governo no Brasil, nas Américas do Sul e Central, incluindo o México. Além disso, o novo satélite vai inaugurar a quarta geração de satélites da Star One, focada em Banda Ka, voltada primariamente para o atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga e backhaul de celular. A cobertura de Banda Ka do novo satélite vai abrange as regiões Nordeste, Sul, Sudeste e partes das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2014, o montante relacionado a esse contrato está registrado na rubrica imobilizado em andamento.

	Consolidado			Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Carteira de clientes/ contrato de uso da marca/outras licenças	Ajuste a valor de realização Impairment	Intangível em andamento	Total
	Licenças de outorga	Direito de uso de software	Direito de uso de ágio						
Custo									
Saldos em 31/12/2013	10.582.196	406.095	63.020	36.759	85.191	15.795	-	2.240	11.191.296
Adições	257.188	32.977	44.667	-	-	1.343	-	2.825.877	3.162.052
Baixas	-	(3)	-	(92)	-	-	-	-	(95)
Transferências	-	27.421	-	5.889	-	-	-	(6.271)	27.039
Efeitos da incorporação (Nota 1)	144.106	2.962.061	3.670.859	754.462	-	134.849	1.416.595	(163.234)	106.219
Saldos em 31/12/2014	10.983.490	3.428.551	3.778.546	791.221	90.988	151.987	1.416.595	(163.234)	29.208.065

As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da Anatel e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal. No leilão para venda das faixas de frequência de 700 MHz nacionais, realizado pela Anatel em 30 de setembro de 2014, em conformidade com o edital de licitação nº 2/2014-SOR/SP/CD-ANATEL, a controladora Claro foi a vencedora em um dos lotes ofertados. Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o extrato do Termo de Autorização assinado junto à Anatel. O valor total desta licença foi de R\$2.808.731, registrado na linha de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2014, sendo: I. R\$1.739.118 referente ao valor total da licença de 700 MHz, pago na data da assinatura do Termo de Autorização. II. R\$1.069.613 (transação sem efeito caixa, ajustado a valor presente), referente à parcela de responsabilidade da controladora Claro decorrente do contrato assinado junto à Anatel, onde as operadoras vendedoras deste leilão tem que constituir em até 90 dias, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual será responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-D. Os montantes do Termo de Autorização descritos acima serão amortizados pelos prazos remanescentes da licença estipulados no Termo de Autorização.

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços	7.272.548	3.090.080
Nacionais	376.883	18.099
Internacionais	170.939	215.153
Interconexão e roaming	22.406	39.392
Colling	7.854.778	3.627.729
Circulante	7.015.398	3.627.729
Não circulante	839.378	-

	Consolidado		
	2014	2013	Total
Moeda nacional	40.718	2.119.322	2.160.040
Debêntures (a)	344.238	458.163	802.401
Finame (b)	384.956	2.577.485	2.962.441

	Consolidado		
	2014	2013	Total
Moeda estrangeira	33.251	971.781	1.005.032
Global Notes (c)	33.251	971.781	1.005.032

	Consolidado		
	2014	2013	Total
Total da dívida	418.207	3.549.266	3.967.473

Os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados são para cobertura das necessidades operacionais das controladas. Em 31 de dezembro de 2014, a posição de endividamento, consolidada, era:

	Montante		Custo médio da dívida
	2014	%	
Em moeda nacional	384.956	9,7	48,85% CDI
Em moeda estrangeira	33.251	0,8	US\$ +8,57% CDI
Em moeda nacional	2.577.485	65,0	101,1% CDI
Em moeda estrangeira	971.781	24,5	US\$ +8,57% CDI
Não circulante	3.549.266	89,5	-
Em moeda nacional	2.962.441	74,7	96,9% CDI
Em moeda estrangeira	1.005.032	25,3	US\$ +8,57% CDI
Total da dívida	3.967.473	100,0	-

a) Debêntures: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de debêntures emitidas pela controladora Embratel, era de: (i) Saldo de 9.500 debêntures quinquenárias, emitas em 25 de março de 2014, não convertíveis em ações, com prazo de vencimento de 2 anos, remuneradas a 107% da taxa DI e pagamento anual de juros. (ii) Saldo de 4.000 debêntures quinquenárias, emitas em 30 de setembro de 2013, não convertíveis em ações, com prazo de vencimento de 5 anos, remuneradas a CDI mais 1,05% a.a. e pagamento mensal de juros. (iii) Saldo de 2.150 debêntures quinquenárias, emitas em 21 de setembro de 2012, não convertíveis em ações, com prazo de vencimento de 5 anos, remuneradas a CDI mais 1% a.a. e pagamento mensal de juros. Em 25 de junho de 2014, a controladora Star One emitiu debêntures quinquenárias, não convertíveis em ações, com prazo de vencimento de 2 anos, remuneradas a 107% da CDI e com pagamento de juros no vencimento final. Em 29 de julho de 2014, foram subscritas mais 2.100 debêntures, da primeira emissão da controladora Star One, totalizando R\$210.000,00. As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação e também não possuem qualquer forma de garantia ao credor (b) Finame: Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") visando à expansão e modernização da rede de serviços. Para todas as liberações de Finame, o prazo para amortização do valor de principal é de 36 meses com carência de 2 anos e as taxas de juros obtidas foram de 3%, 3,5% e 6% a.a. Nas operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias. (c) Global Notes: Em 4 de novembro de 2009, a incorporada NET emitiu títulos de dívida (7,50% Guaranteed Notes) no montante de US\$350.000,00, equivalente a R\$593.425, com vencimento em 27 de janeiro de 2020 e juros nominais de 7,5% a.a., pagáveis semestralmente em 27 de janeiro e 27 de julho de cada ano, a partir de 2010. Conforme mencionado na Nota 30, em 25 de março de 2015, o saldo do Global Notes foi integralmente liquidado. (d) Compromissos financeiros e não financeiros: Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

a data de 30 de junho de 2014, base para a operação, e a data de eficácia da redução de capital na controladora Claro, foram absorvidas na Companhia no patrimônio líquido no montante de R\$174.264,4. (4) Efeito líquido dos montantes incorporados e a variação no percentual de participação da Companhia sobre a controladora Claro no patrimônio líquido foi de R\$864.330, conforme detalhado na Nota 1. Na controladora, os valores de provisão para passivo a descoberto estão classificados no passivo não circulante, na rubrica de provisão para perdas com investimentos, e referem-se à controladora Ancel, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$7.632. Em 19 de março de 2014, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") o pagamento das 52.262.026.282 ações em que se divide o capital social da controladora Claro na proporção de 2.000 para 1, sem modificação do montante do capital social, o qual passará a ser representado por 26.131.013 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 22.622.764 ações ordinárias e 3.508.249 ações preferências. Em 30 de abril de 2014, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") o aumento de capital na controladora Claro no montante de R\$7.042. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia por meio da capitalização de créditos ("AFAC") detidos contra a controladora Claro. Em 31 de dezembro de 2014, os detalhes das principais controladas diretas e coligadas, são como se seguem:

Controladas	Lucro (prejuízo) líquido	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferências	Total	% de participação	Capital votante
Claro	(1.119.900)	12.828.879	8.391.879	-	16,7	50,1	50,1
Amerigel	60.304	4.815.762	88.336	-	100,0	100,0	100,0
Tvsat	(53.797)	1.410.552	566.056	-	2.178.970	63,0	26,0

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	2014			2013		
	2014	2013	Total	2014	2013	Total
Princípio, investimento da controladora Claro na coligada MPO Processadora de Pagamento S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial.						
Imobilizado:						
a) Composição:						
Equipamentos de transmissão	7	46.063.673	16.965.380	4.877.521	-	-
Infraestrutura	10	7.559.925	(4.551.417)	2.998.500	-	2.450.583
Equipamentos de comunicação	7	12.609.831	(9.791.877)	2.817.954	-	697.490
Prédios	10-25	1.346.209	(1.038.723)	306.486	-	80.120
Terrenos	-	330.498	-	330.498	-	199.400
Outros ativos imobilizados	5 a 10	4.387.456	(3.643.672)	743.784	-	264.862
Ajuste ao valor de realização (Impairment)	-	(1.360.775)	1.326.416	(34.359)	-	-
Imobilizado em andamento	-	75.999.957	-	5.759.957	-	920.807
	-	76.696.774	(46.808.566)	29.888.208	-	9.290.783

(1) Em 2014, inclui saldos oriundos da incorporação, conforme demonstrado na movimentação, a seguir, na linha de "efeitos da incorporação" (Nota 1).

	Consolidado			Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste a valor de realização Impairment	Imobilizado em andamento	Total
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comunicação						
Custo									
Saldos em 31/12/2013	11.397.478	4.954.849	3.921.423	165.613	199.400	2.195.413	-	920.807	23.754.983
Adições	11.319	170.456	1.041	-	-	313.257	-	2.827.999	3.324.072
Baixas	(4.497)	(2.748)	(6.566)	-	(31)	(17.656)	-	-	(31.499)
Transferências	1.229.439	350.431	635.802	7.194	15	222.842	-	(2.472.819)	(27.096)
Efeitos da incorporação (Nota 1)	33.429.934	2.086.937	8.058.132	1.173.402	131.114	1.673.600	(1.360.775)	4.483.970	49.676.314
Saldos em 31/12/2014	46.063.673	7.559.925	12.609.831	1.346.209	330.498	4.387.456	(1.360.775)	5.759.957	76.696.774

totalizando R\$480.383. (e) Juros capitalizados: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A controladora Star One adota como prática contabilizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (ativos), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1). (f) Revisão de vida útil: A administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é baseada em dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo e não identificou ajustes nas taxas de depreciação em 2014.

12. Intangível: (a) Composição:

	Consolidado				
	2014	2013	Total		
Licenças de outorga	15	10.983.490	(9.056.672)	1.926.818	1.913.474
Direito de uso de software	5	3.428.551	(2.516.393)	912.158	41.025
Ágio	-	3.778.546	(285.853)	3.492.693	63.020
Direito de uso de circuitos	15-20	791.221	(310.705)	480.516	27.082
Fundo de comércio	1	90.988	(86.841)	4.947	4.669
Outros ativos intangíveis	5-10	151.987	(83.877)	68.110	12.155
Carteiras de clientes/ contrato de uso da marca/outras licenças	3,7- 6 e 7	1.416.595	(582.778)	833.817	-

# CLARO TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 07.043.628/0001-13

**Análise de sensibilidade:** As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

**PCD: Mudança de tábuas PBD e AMAP:**

Mortalidade	1 ano de crescimento da expectativa de vida	
	2014	2013
Taxa de desconto	Crescimento/redução de 1%	
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%	
<b>21. Patrimônio líquido:</b> Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social subscrito da Companhia na controladora e consolidado, foi de R\$6.840.569, divididos em 141.925.906.677 ações ordinárias nominativas. a) <u>Reserva legal:</u> A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes de os lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital. b) <u>Outros resultados abrangentes:</u> Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve o reconhecimento da participação da Companhia sobre os valores registrados na controlada Claro oriundos da incorporação, conforme Nota 1.a. c) <u>Ganhos e perdas em transações de capital:</u> Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou perda em função da redução de capital e incorporação de empresas, ambas ocorridas na controlada Claro, conforme Nota 1.a. d) <u>Reserva especial para dividendos não distribuídos:</u> Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser integralmente destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2014, foram absorvidos pela reserva especial para dividendos não distribuídos, o saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 2.688.818. e) <u>Prejuízo por ação:</u>		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da companhia:	(619.521)	(936.364)
Resultado disponível aos acionistas ordinários		
Denominador (em milhares de ações)	141.925.906	141.925.906
Média ponderada do número de ações ordinárias		
Resultado básico e diluído por ações (lote de mil ações)		
Ação ordinária	(4,3651)	(6,5976)

22. Receita operacional líquida		
Consolidado		
2014	2013	
Serviços pós-pagos	5.296.263	5.044.100
Serviços pré-pago	3.573.871	3.263.207
Tarifa de uso de meios	3.325.118	3.780.671
Foaming	233.863	315.346
Venda de aparelhos e acessórios	1.407.235	1.281.276
	<b>13.836.350</b>	<b>13.684.600</b>

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

23. Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		
Consolidado		
2014	2013	
Depreciação e amortização	(2.323.150)	(2.518.385)
Interconexão	(1.666.744)	(2.705.409)
Taxas e contribuições	(1.058.805)	(1.115.547)
Serviços contratados com terceiros	(816.191)	(704.671)
Aluguéis	(650.347)	(615.845)
Mão de obra própria	(149.593)	(144.416)
Outros	(43.804)	(57.856)
Custo dos serviços prestados	(6.708.634)	(7.862.129)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.059.100)	(2.009.073)
	<b>(8.767.734)</b>	<b>(9.871.202)</b>

**24. Custos e despesas por natureza.** As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

Consolidado		
2014	2013	
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.059.100)	(2.009.073)
Depreciação e amortização	(2.792.515)	(2.644.183)
Interconexão	(1.666.744)	(2.705.409)
Taxas e contribuições	(1.058.805)	(1.115.547)
Serviços contratados com terceiros	(2.082.364)	(1.958.223)
Mão de obra própria	(965.707)	(922.982)
Aluguéis	(744.964)	(704.510)
Publicidade	(635.887)	(611.365)
Devedores duvidosos	(314.997)	(211.244)
Outros custos e despesas, líquidos	(713.592)	(708.567)
	<b>(13.034.675)</b>	<b>(13.591.103)</b>
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos	(8.767.734)	(9.871.202)
Despesas com vendas	(3.528.230)	(3.301.548)
Despesas gerais e administrativas	(1.159.993)	(834.651)
Outras despesas operacionais, líquidas	(421.282)	(416.298)
	<b>(13.034.675)</b>	<b>(13.591.103)</b>

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

OSCAR VON HAUSKE SOLIS	ISAAC BERENSZTEJN	ANTONIO OSCAR DE CARVALHO PETERSEN FILHO
Presidente do Conselho de Administração	Membro Titular	Membro Titular

## 25. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Juros sobre impostos	-	1.934	-	1.934
Provisão para variação cambial	9.918	-	1.307.099	591.773
Receita de aplicações	-	-	558.989	36.844
Atualização monetária	3.308	-	107.204	151.522
Outras receitas financeiras	-	-	118.336	50.327
	<b>13.226</b>	<b>1.934</b>	<b>2.091.628</b>	<b>832.400</b>
Despesas financeiras				
Provisão para variação cambial	(32.116)	(21.174)	(3.268.027)	(1.304.887)
Juros sobre empréstimos e mútuos	-	-	(656.101)	(665.813)
Atualização monetária	(149)	-	(252.188)	(599.569)
Descontos concedidos	-	-	(86.493)	(76.887)
Atualização monetária sobre concessão	-	-	(20.356)	(14.998)
Outras	-	(14)	(114.065)	(86.831)
	<b>(32.265)</b>	<b>(21.188)</b>	<b>(4.397.230)</b>	<b>(2.748.985)</b>
	<b>(19.039)</b>	<b>(19.254)</b>	<b>(2.305.602)</b>	<b>(1.916.585)</b>

## 26. Instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. O quadro a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais cujo valor justo difere do contábil:

	Consolidado	
	Valor Contábil	Valor de mercado
Global Notes	1.022.491	969.834
Debêntures	2.144.751	2.183.914
Empréstimos e financiamentos	3.167.242	3.153.748

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados: a) Análise da sensibilidade das aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,5% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20%.

Operação (R\$)	Risco	Cenário		
		provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	12%	14%	9%
Posição em 31.12.2014				
R\$9.995 (1)				

1) Saldos em 31 de dezembro de 2013 aplicados em aplicações financeiras atrelados a indicadores inflacionários. b) Risco de taxa de câmbio. Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I	Dólar - 5%	R\$2,5234
Cenário II	Dólar - 25%	R\$1,9922
Cenário III	Dólar - 50%	R\$1,3281

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$2,7890
Cenário II	Dólar + 25%	R\$3,3203
Cenário III	Dólar + 50%	R\$3,9843

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras, consolidadas:

Operação	Ganho/(perda)		
	Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do dólar			
Partes relacionadas	740.182	3.700.909	7.401.818
Dívidas com terceiros	63.670	318.348	636.695
Fornecedores	11.634	58.170	116.341
Outros ativos/passivos em US\$	(3.008)	(15.042)	(30.084)
	<b>812.478</b>	<b>4.062.385</b>	<b>8.124.770</b>

Alta do dólar			
Partes relacionadas	(740.182)	3.700.909	7.401.818
Dívidas com terceiros	(63.670)	318.348	636.695
Fornecedores	(11.634)	58.170	116.341
Outros ativos/passivos em US\$	3.008	(15.042)	(30.084)
	<b>(812.478)</b>	<b>4.062.385</b>	<b>8.124.770</b>

c) Risco da taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a Empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) Risco de crédito. O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("dealers") e distribuidores de cartões pré-pago. A Anatel requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições. O risco de crédito com relação às contas a receber de serviços de telefonia móvel celular é diversificado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da Anatel. Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de clientes da controlada Claro não apresentava assinantes, cujos recebíveis fossem, individualmente, superiores a 1,55% do faturamento de serviços do mês de dezembro. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência. A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de *dealers* da controlada Claro não apresentava registro de *dealers*, cujos recebíveis fossem, individualmente, superiores a 0,73%, das contas a receber no mês de dezembro de 2014. e) Risco de liquidez. O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2014:

Ano	Consolidado	
	Valor	
2016	1.222.336	
2017	1.133.966	
2018	200.253	
De 2019 a 2020	992.711	
	<b>3.549.266</b>	

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. f) Garantias. No empréstimo da incorporada NET (Global Notes), a controlada Reyç, é avalista deste empréstimo. Com relação às operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias. g) Compromissos financeiros e não financeiros. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros apresentadas em seus contratos de Empréstimos, financiamentos e debêntures.

**27. Compromissos:** Os compromissos consolidados são como seguem:

Anos/ período	Manutenção de equipamentos	Direito de uso (1) e aluguéis	Locações e Capex (2)	Total	
2015	11.003	148	467.790	1.213.111	1.692.052
2016 a 2019	-	593	1.758.926	129.330	1.888.849
2020 a 2024	-	-	2.119.857	-	2.119.857
	<b>11.003</b>	<b>741</b>	<b>4.346.573</b>	<b>1.342.441</b>	<b>5.700.758</b>

1) Compreende aluguéis de faixas de terras ou postes por onde passam a rede de cabos tanto na área urbana, quanto em rotas de longa distância. 2) Inclui compromissos de imobilizado e intangível relacionados com tecnologia Satelital (satélites C4 e D1, sendo R\$6.551 e R\$384.543, respectivamente).

**28. Seguros.** A Companhia e suas controladas adotam política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos, abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos seus ativos. Devido às características de operações multilocalizadas, a Administração contrata seguro com o conceito de limite máximo provável em um mesmo evento, para o qual mantém cobertura contra riscos operacionais (incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos-vendavais/raios/enchentes). A apólice de seguro é única e engloba todas as empresas do grupo, sendo o limite máximo de indenização de, aproximadamente, R\$771.760 para todas as empresas do grupo. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

**29. Garantias.** A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$8.782.931 em 31 de dezembro de 2014 (R\$5.061.687 em 31 de dezembro de 2013).

**30. Eventos subsequentes.** a) Global Notes. Em 25 de março de 2015, a Companhia liquidou os títulos de dívida da Global Notes (7,50% Guaranteed Notes), no montante de R\$1.153.603, sendo R\$1.090.950 (equivalente a US\$350 milhões) referente ao principal e R\$62.653 referente aos juros. b) Dívida com a América Móvil. Em 29 de janeiro de 2015, a controlada Claro contraiu nova dívida com a América Móvil, no montante de R\$311.052, com taxa de juros fixa igual a 13,15% a.a., vencimento em 30 de novembro de 2017 e utilização dos recursos para investimento no negócio. c) Dívida com a AMOV Finance. No primeiro trimestre de 2015 a controlada Claro contraiu as seguintes dívidas com a AMOV Finance, com pagamento de juros semestrais: • Em 12 de fevereiro de 2015, R\$178.000, com taxa de juros fixa igual a 13,15% a.a., vencimento em 01 de fevereiro de 2018 e utilização dos recursos para pagamento do direito de recesso dos acionistas minoritários das empresas envolvidas na operação de reestruturação societária. • Em 12 de março de 2015, R\$10.745.084, com taxa de juros fixa igual a 13,5% a.a., vencimento em 12 de setembro de 2019 e utilização dos recursos para liquidação de um montante de US\$3.495.695.653,00 (US\$3.448.816.395,00 de principal e US\$46.879.258,00 de juros) de dívidas existentes com a América Móvil. • Em 25 de março de 2015, R\$ 1.153.290, com taxa de juros fixa igual a 13,5% a.a., vencimento em 25 de março de 2018 e utilização dos recursos para liquidação dos títulos de dívida do Global Notes. • Em 30 de março de 2015, R\$ 963.720, com taxa de juros fixa igual a 13,5% a.a., vencimento em 30 de março de 2018 e utilização dos recursos para pagamento de taxas anuais à ANATEL. d) Direito de recesso dos acionistas minoritários da controlada Claro. Em função da incorporação descrita na Nota 1.a., o direito de recesso foi assegurado aos acionistas das empresas incorporadas. Assim, para os acionistas que exerceram o direito de recesso com relação à Incorporação, foi assegurado, em caráter excepcional, o valor de reembolso de suas ações por seu valor econômico, independente da classe ou espécie. Adicionalmente, os acionistas que, em virtude da relação de substituição, fizeram jus a frações de ações da controlada Claro, receberam o montante correspondente ao valor de reembolso de suas ações que foram insuficientes para serem substituídas por um número inteiro de ações da controlada Claro, também pelo valor econômico. Até 31 de março de 2015, os efeitos em conta de patrimônio líquido da controlada Claro foram conforme demonstrados abaixo:

Empresas incorporadas	Quantidade de ações reembolso (direito de recesso e frações)	Efeito no Patrimônio líquido
Embrapar	419.581	227.212
Embratel	10.669	5.782
NET	205.688	111.361
	<b>635.938</b>	<b>344.355</b>

## DIRETORIA

CARLOS HERNÁN ZENTENO DE LOS SANTOS	JOSÉ FORMOSO MARTÍNEZ	JOSÉ ANTÔNIO GUARALDI FÉLIX	ISAAC BERENSZTEJN
Diretor	Diretor	Diretor	Diretor de Relações com Investidores

## DIRETORIA DE CONTROLADORIA

Márcia Motta Sá

## CONTADOR

Ricardo Basso Gaino  
Gerente de Contabilidade - CRC-PR - 040021/O-0-S-SP

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Claro Telecom Participações S.A.** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos**

**auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos.** **Demonstrações de valor adicionado.** Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação

suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. São Paulo, 06 de abril de 2015.



ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6  
Luiz Carlos Marques  
Contador CRC - 1SP 147.693/O-5

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4-S-SP